

LEDA MARIA PAULANI

A DEPENDÊNCIA REVISITADA: RELAÇÕES DE TROCA, A FASE 4.0 E O CASO DO BRASIL

Convidada

A DEPENDÊNCIA REVISITADA: RELAÇÕES DE TROCA, A FASE 4.0 E O CASO DO BRASIL¹

Resumo

Partindo do princípio de que a liberalização dos mercados de bens e ativos que teve lugar a partir dos anos 1980 e o fortalecimento da transnacionalização do capital que resultou daí não alteraram o pressuposto fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial, o artigo visa defender a existência atualmente de um novo tipo de dependência a relacionar países centrais e periféricos. Essa *dependência 4.0*, que não passa mais primordialmente pelas relações de troca, estaria assentada no rentismo que marca hoje o processo de acumulação e na natureza do progresso tecnológico em curso. O caso do Brasil e a história de sua inserção na divisão internacional do trabalho são trazidos à discussão como emblemática desse novo tipo de subordinação.

Palavras-chave: teoria da dependência, acumulação capitalista, rentismo, economia brasileira.

JEL: F54, F63, O30, P16

LEDA MARIA PAULANI

Professora titular sênior do Departamento de Economia da FEA-USP; pesquisadora do CNPq

E-mail: paulani@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7306-5791>

¹ Esta é uma versão ampliada e ligeiramente modificada do artigo *Dependency 4.0: Theoretical Considerations and the Brazilian Case*, publicado na revista *Latin American Perspectives*, volume 49, número 2, p. 24-38 (março/22). A publicação da presente versão nesta *Revista da SEP* se dá por conta de convite do antigo comitê editorial, formado pelos professores Vanessa Jurgenfeld (UFVJM) — editora-chefe, Carlos Henrique L. Rodrigues (UFVJM), Henrique Pereira Braga (UFES) e Janaína de Faria (UFVJM). Sua publicação, portanto, já estava acertada antes de me tornar editora-chefe deste periódico. O artigo é parte de pesquisa maior, que conta com o apoio de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agradeço a Dario Rodrigues da Silva a ajuda com as bases de dados que permitiram a produção da figura sobre despesas com a balança de rendas no Brasil.

Abstract

Assuming that the liberalization of the markets for goods and assets that took place since the 1980s and the strengthening of the transnationalization of capital that resulted therefrom did not alter the fundamental assumption of the prevalence of a hierarchical organization in the world capitalist system, the article aims to defend the existence today of a new type of dependency linking central and peripheral countries. This 4.0 dependence, which no longer passes primarily through exchange relations, is based on the rentism that today marks the accumulation process and in the nature of the evolving technological progress. The case of Brazil and the history of its insertion in the international division of labor are brought up to the discussion as emblematic of this new type of subordination.

Key words: dependency theory, capitalist accumulation, rentism, Brazilian economy.

JEL: F54, F63, O30, P16.

Introdução

Como é sabido, a assim chamada *teoria da dependência* surge na América Latina nos anos 1960. Não é consensual que se trate exatamente de uma *teoria*², uma vez que envolve não só autores de formação e posicionamento distintos em muitos temas, mas, o que é mais complicado, também de diferentes filiações teóricas, ainda que com clara predominância do marxismo³. Para aquilo que nos interessa neste trabalho, é suficiente ficarmos com a apropriada observação de Fiori (1995, p. 215), que advoga que todas as versões da escola dependentista “remetem, de uma ou outra forma, à confluência da teoria marxista do imperialismo, em particular de sua visão pós-leninista, com a crítica cepalina da teoria neoclássica do comércio internacional”.

Esta observação feita por Fiori (1985) no sentido de circunscrever a problemática da dependência nos é muito adequada por duas razões. Em primeiro lugar, partimos do princípio de que as transformações experimentadas pelo sistema capitalista desde o início dos anos 1980, em particular aquelas trazidas pela ampla liberalização dos mercados de bens e de ativos, com a consequente perda de graus de liberdade dos estados nacionais – sobretudo daqueles que não dispõem de moedas fortes – não alteraram o pressuposto

²Veja-se, por exemplo, Fiori (1995) e Bresser-Pereira (2010). Para o primeiro, trata-se mais propriamente de uma *escola*, envolvendo um enorme número de artigos e livros de vários autores que, nos anos 1960 e 1970, se debruçaram sobre a América Latina, enquanto, para o segundo, trata-se de uma *interpretação* sociológica e política que, por essa época, passou a concorrer com a interpretação nacional burguesa do mesmo objeto. Em 1978, Palma já fizera observação similar, afirmando que não se tratava aí de uma “teoria”, mas de uma *metodologia* para analisar situações concretas de subdesenvolvimento.

³De acordo com Bresser-Pereira (2010), a interpretação da dependência se divide em três versões, todas elas marxistas, a saber, a da superexploração, a da contradição nacional-dependente e a da dependência associada. Assim, apesar de não se poder chamar de “teoria” a esse corpo de ideias, todas elas teriam essa raiz teórica única. Essa posição, contudo, não é unânime. Martins (2003), Sotelo Valencia (2005) e Amaral (2012), por exemplo, veem na última das versões elencadas por Bresser-Pereira, a da dependência associada de Cardoso e Faletto (1973), uma matriz mais weberiana que marxista. Para Martins (2003), nessa versão, a autonomia do político acaba por subordinar os conceitos mais materialistas, de origem marxiana. Existe, no entanto, o termo *Teoria Marxista da Dependência*, que é amiúde encontrado em artigos acadêmicos sobre o tema. Ele se refere, porém, apenas à primeira das vertentes citadas por Bresser-Pereira, ou seja, a vertente que tem em Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambilra seus nomes mais conhecidos. Veja-se a respeito Carcanholo (2013).

fundamental da prevalência de uma organização hierárquica no sistema capitalista mundial. Em outras palavras, de nosso ponto de vista, a tendência à transnacionalização, que é da lógica do capital e se fortaleceu enormemente nas últimas quatro décadas sob os auspícios do discurso e da prática neoliberais, apesar de ter aumentado a interdependência das economias nacionais, não produziu um cenário de nações irmanadas pelos mesmos interesses capitalistas globais. Permaneceu o impulso às disputas hegemônicas e às rivalidades interestatais (ou seja, não vingou o cenário de “ultraimperialismo”, imaginado por Karl Kautsky⁴, no qual poderosos estados nacionais industriais se tornariam aliados em benefício da acumulação de capital). Permaneceram também, como variáveis importantes de análise, a existência de um *centro*, território de origem das “empresas mãe” dos grandes conglomerados mundiais e, principalmente, território de onde emana o progresso tecnológico, e a de uma *periferia*, que se beneficia pouco e sofre muito com as consequências dos processos de concentração e centralização de capital orquestrados pelo centro. Isto posto, para nós, permaneceu também, ainda que sob novas roupagens, a questão do imperialismo – clássico problema do *approach* marxista.

A segunda razão para escolhermos a citada observação de Fiori (1995) como ponto de partida está relacionada ao segundo elemento que aí aparece, justaposto à temática do imperialismo, ou seja, a crítica cepalina à teoria neoclássica do comércio internacional. O pressuposto aqui é que as vantagens que derivam da posição dos estados que estão no centro do sistema devem assumir, para além do aspecto da dominação geopolítica, também uma feição material, objetivada em transferências de valor que, sob variadas formas, vão impulsionar a acumulação de capital nessas economias. Na análise clássica cepalina, que vem do famoso artigo de Prebisch de 1949 (e que é depois aprofundada pelos teóricos da dependência), essa transferência se

⁴ Kautsky, como se sabe, protagonizou com Lenin uma clássica discussão sobre o futuro do capitalismo, em que o segundo apostava no aprofundamento das contradições constitutivas do sistema, enquanto o primeiro julgava que haveria um período caracterizado por uma evolução mais ou menos pacífica.

dava por meio das relações de troca, sempre desfavoráveis aos países periféricos. A crítica à teoria neoclássica, como também é sabido, passava pela desconstrução do postulado das vantagens comparativas, sustentáculo teórico da situação que gerava essas perdas, e passava também, por conseguinte, pela defesa da industrialização na periferia como remédio para o subdesenvolvimento.

Decorridos quase três quartos de século dessa contenda teórica, com as transformações operadas mundialmente no sistema capitalista e com países como o Brasil tendo se industrializado e depois se desindustrializado, parece claro que se alteraram também as formas por meio das quais se efetivam os ganhos dos países que estão no centro do sistema. O objetivo deste artigo, portanto, é refletir sobre as formas contemporâneas assumidas pela dependência enquanto produtora de vantagens econômicas para as economias do centro. Em outras palavras, partindo-se do princípio de que continua a haver países centrais e países periféricos e considerando-se que o desenvolvimento capitalista dos últimos continua subordinado ao dos primeiros e é por estes condicionado, a análise vai cuidar primordialmente do pedágio que pagam os países da periferia para garantir esta inserção subordinada. Isso significa que não serão tratados, ou o serão apenas marginalmente, outros aspectos importantes da relação de dependência, como as questões políticas e/ou sua inter-relação com a questão das classes sociais na dialética dos interesses internos/externos.

No que se segue, faremos inicialmente (seção 1) um breve resgate teórico das posições que, nos anos 1960/70, colocaram nas relações de troca a causa fundamental dos mecanismos de transferência. Na seção 2, apresentaremos de forma sumária aqueles que constituem, a nosso ver, os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação, pois a forma como enxergamos hoje a dependência, cujo epicentro não está mais nas relações de troca, tem relação direta com eles. Na sequência (seção 3), visando expor o que vamos chamar aqui de *dependência 4.0*, discorreremos sobre as diferentes formas de dependência que podem ligar países centrais e periféricos (entendida a

dependência em seu aspecto de produtora de vantagens econômicas para os países centrais). Na seção 4, faremos o histórico das diferentes formas de inserção da economia brasileira no sistema mundial, associando-a à questão da dependência. Considerações Finais fecham o artigo, trazendo algumas evidências empíricas desse novo tipo de subordinação.

I - Dependência e Relações de Troca

Como se sabe, tem início com Raul Prebisch, no âmbito da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), a percepção de que o comércio internacional acaba por manter como subdesenvolvidos os países assim considerados, chocando-se, nessa medida, com os pressupostos ricardianos. Em seu clássico artigo de 1949, *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*, Prebisch vai advogar, a partir de constatações mais empíricas que teóricas, a necessidade de a América Latina se industrializar para superar o subdesenvolvimento. Percebendo a tendência dos preços dos produtos primários a se reduzirem ao longo do tempo, concluiu que, mantendo-se a estrutura produtiva tal como se encontrava, a deterioração dos termos de troca, com permanentes danos aos países menos desenvolvidos, era consequência inevitável. A debilidade tecnológica e os baixos salários, bem como a reduzida elasticidade-renda dos produtos comercializados pela periferia, estavam dentre as razões levantadas por Prebisch para explicar tal tendência. O comércio internacional, portanto, não era um jogo de soma zero, onde as transações eram boas e justas para ambos os lados. Havia aí perdedores e ganhadores e os perdedores eram sempre os mesmos. Em outras palavras, a continuidade das relações comerciais assentadas nesse tipo de divisão internacional do trabalho trazia permanentes vantagens para os países já desenvolvidos, deixando a periferia do sistema cada vez mais para trás.

A partir do trabalho de Prebisch e da profusão de debates em torno das causas e das possíveis saídas para o subdesenvolvimento, ficou consagrada a ideia de que as trocas entre bens e serviços produzidos em diferentes países

podem trazer contínuas desvantagens para alguns deles, ou para um grupo específico deles. No âmbito da teoria marxista, o primeiro teórico a se referir a esse fenômeno e tentar explicá-lo foi certamente Arghiri Emmanuel, que entendia a deterioração dos termos de troca como um problema crucial para os países subdesenvolvidos. Usando o termo “troca desigual”, esse autor grego publica, em 1969⁵, um livro com esse título, buscando encontrar, a partir do citado *approach* teórico, as razões para as permanentes perdas sofridas por esses países no âmbito das relações de comércio.

Como o termo já indica, Emmanuel, buscando respeitar as leis que comandam o processo de acumulação capitalista, sobretudo a lei do valor tal como elaborada por Marx, vai encontrar na esfera da circulação, ou seja, no plano da formação dos preços, a explicação para o citado fenômeno. Importante lembrar que Emmanuel não vai considerar como transferência de valor a redistribuição da mais-valia que se dá pela via da concorrência entre os capitais, e que dá origem aos preços de produção. De fato, não se trata aí de troca desigual, mas de rearranjo empurrado pela concorrência que decorre simplesmente do fato de que o trabalho não pago extraído da classe trabalhadora deve remunerar a totalidade do montante investido em cada negócio e não apenas aquela parte destinada à aquisição de capital variável (força de trabalho)⁶.

O que nosso autor busca, portanto, são as razões pelas quais, no âmbito das relações internacionais, ocorrem trocas que não se dão pelos preços de produção, sendo, por isso, desiguais. A resposta que ele encontra baseia-se nas premissas que decorrem do raciocínio de Marx sobre o processo de

⁵ A publicação original é na língua francesa, sob o título *L'échange inégal*. A edição aqui utilizada, em inglês, é da *Monthly Review Press*, de 1972.

⁶ Como fica claro, concordamos neste ponto com Emmanuel, mas a questão é polêmica. Alguns autores não concordam com essa posição e entendem que o processo de transformação dos valores em preços de produção implica sim uma espécie de troca desigual, por conta da transferência de valor dos setores com menor composição orgânica do capital para aqueles com maior composição orgânica. Leite (2019), por exemplo, vai criticar Emmanuel justamente por essa razão, enquanto Borges Neto (2011) vai esposar a mesma posição que abraçamos aqui. Um problema análogo é o que se refere às noções de valor de mercado, ou valor social, e de mais-valia extra, que permite superlucros. Voltaremos ao tema mais adiante.

concorrência entre os capitais que gera esses preços. Para Emmanuel, quando se consideram as trocas entre países, a mobilidade plena pressuposta não existe, pois existe apenas para os capitais. Não existindo para a força de trabalho, os salários e taxas de mais-valia não se equalizam entre os países. Como os salários são em geral mais baixos nos países periféricos, tende a subir, relativamente ao normal, a relação entre os preços de produção das mercadorias produzidas nos países mais desenvolvidos *vis-à-vis* aquelas produzidas nos países menos desenvolvidos, caracterizando a troca desigual.

A solução de Emmanuel foi objeto de grande discussão, sobretudo por conta de suas consequências para questões práticas da luta de classes, uma vez que implicava reconhecer que, de alguma forma, os trabalhadores dos países do centro eram os responsáveis pela exploração magnificada que ocorria na periferia. Outros autores marxistas buscaram outras respostas, como Charles Bettelheim, que lembrou das diferenças no desenvolvimento das forças produtivas em distintos países, Samir Amin, que se referiu a “condições desiguais de exploração” (diferenças salariais maiores que as diferenças entre produtividades), e Mandel, que vai enquadrar o fenômeno na ideia do desenvolvimento desigual e combinado que resgata de Trotski (KATZ, 2020, p. 79-81). Todavia, queremos colocar em foco aqui a contribuição brasileira para tal discussão, principalmente a de Ruy Mauro Marini, pois sua interpretação leva ao polêmico conceito de superexploração da força de trabalho, sobre o qual vale refletir, considerado o contexto em que aqui abordamos a problemática da dependência.

A percepção de relações de troca sempre prejudiciais aos países periféricos levou também à ideia, presente em quase todas as vertentes dependentistas, de que o subdesenvolvimento não era uma situação tributária tão somente de desacertos sociais e políticos internos (ainda que estes pudessem ter algum peso na manutenção da situação), senão o resultado necessário da lógica mundial da acumulação capitalista. Na expressão tornada célebre por André Gunder Frank, tratava-se aí do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Na mesma linha, Ruy Mauro Marini entendia a dependência

“como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” ([1973]2005, p. 141).

Mas de que modo operavam exatamente os mecanismos econômicos que perpetuavam a relação de dependência? Das contribuições canônicas de Lenin, vinha a ideia de que, superada a etapa colonial, onde predominavam os expedientes de pilhagem extraeconômica, era a força dos monopólios, a importância crescente dos investimentos externos e o poder das altas finanças que reiteravam a posição de domínio dos países centrais (imperialistas). A vertente mais crítica da teoria da dependência, de filiação teórica claramente marxista, ecoa em parte essa tradição, na qual as relações de troca não têm papel determinante. Theotônio dos Santos, a título de exemplo, em seus estudos sobre dependência e imperialismo dos anos 1970, vai atribuir às corporações multinacionais, que se instalam nas economias dependentes visando os mercados internos desses países, a consolidação da dependência tecnológico-industrial, que, para ele, acontece a partir dos anos 1950, constituindo a última etapa do processo que construiu historicamente a relação de dependência (AMARAL, 2012, p. 42-44).

Também Vânia Bambirra, que escreve na mesma época que Theotônio e Marini, vai comungar com esse tipo de interpretação. Cunhando o termo “integração monopólica mundial”, ela vai destacar a situação de países como o Brasil, que se industrializavam, apesar de sua condição dependente, mas o faziam sob o controle dos capitais das nações imperialistas sobre os setores mais dinâmicos da economia, gerando uma articulação cada vez mais profunda entre os interesses estrangeiros e aqueles das classes dominantes locais (BAMBIRRA, [1974] 2012, p. 124-126).

Todavia, àquela altura da reflexão teórica, depois de as relações de troca terem sido trazidas para uma posição de destaque no âmbito da discussão sobre o subdesenvolvimento e as formas de superá-lo, era natural que a teoria da dependência se voltasse para elas. Ademais, o fenômeno da deterioração

dos termos de troca parecia confirmar a percepção de que, com o desenvolvimento progressivo do capitalismo, o domínio das nações mais avançadas sobre as mais frágeis prescindia por completo de mecanismos outros que não os exclusivamente econômicos⁷.

Assim, é já na segunda seção de seu famoso *Dialética da Dependência*, de 1973, que Marini vai se propor a descobrir “o segredo da troca desigual” (2005, p. 193)⁸. Apesar de atribuir o subdesenvolvimento não a um único fator, mas a uma dinâmica polarizadora mundial do capitalismo, comandada pelos requerimentos da acumulação originados nos países centrais, ele parte do princípio de que a deterioração dos termos de troca que afeta as economias dependentes latino-americanas é algo que requer uma explicação específica. Considerado o pano de fundo onde o fenômeno ocorria, era evidente que as continuadas quedas de preços dos produtos primários (alimentos e matérias-primas) não podiam ser associadas à elevação de produtividade, e, portanto, à efetiva redução de valor desses bens.

A resposta que Marini encontra tem dupla face. Por um lado, ele se refere às diferenças de produtividade entre nações distintas e, portanto, à existência, no mercado mundial, de diferentes preços de produção para um

⁷ Nos termos de Marini, isso significava que “... a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações [as mais débeis]” (2005, p. 150). Nesse sentido, vale lembrar que David Harvey, em seu livro *O Novo Imperialismo*, originalmente publicado em 2003 (a edição aqui utilizada é de 2004), encontra uma explicação para essa mudança de forma no exercício do poder imperial. Para ele, é a ascensão dos EUA após a Segunda Guerra que consolida a lógica especificamente capitalista do poder. O governo americano passara a refletir puramente os interesses de classe corporativos e teria sido, desde sua independência, “burguês até a medula”. Tratava-se de uma sociedade migrante e multiétnica, que lutara para se libertar do jugo de uma potência europeia e que internamente desenvolvia um “inflexível individualismo competitivo”. Essas circunstâncias teriam forçado os EUA a elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência dos demais países, os dominasse por meio de “alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta”. A ambição imperial teria assim ficado oculta num “universalismo abstrato”, o qual teria facilitado o domínio americano no pós-guerra, pois, em princípio, não havia exatamente um império americano a ser contestado, apenas um “século americano” — e ninguém contesta um século. (HARVEY, 2004, p. 46-49).

⁸ Segundo Borges Neto (2011, p. 86), tal tema já está presente em artigo de Marini de 1967, como uma sorte de drenagem de recursos em direção às economias centrais que teria surgido à época das economias exportadoras, tendo se mantido depois. Todavia, é no famoso ensaio de 1973 que o tema ganha inegável destaque, já batizado com o termo “troca desigual” e associado à superexploração da força de trabalho.

mesmo setor produtivo, ensejando a apropriação de mais-valia extra. Por outro, quando se trata de distintas classes de mercadorias, ele aponta uma espécie de capacidade que têm as nações mais avançadas, por conta de seu poder monopólico, de “iludir a lei do valor”, implicando, para as nações menos favorecidas, a obrigação de entregarem gratuitamente às primeiras uma parte do valor que produzem.

É por conta desse raciocínio que Marini chega ao conceito de superexploração da força de trabalho. Em suas palavras: “O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual (...) procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (2005, p. 153). E a forma predominante de efetivar essa exploração superlativa era expropriar parte do fundo de consumo dos trabalhadores, transformando-o em fundo de acumulação de capital. Em outros termos, tratava-se de agudizar a extração de trabalho excedente pagando à força de trabalho um salário abaixo de seu valor, ou seja, superexplorando-a. Essa solução invertia aquela encontrada por Emmanuel, pois colocava as diferenças salariais como consequência e não como causa da troca desigual, tirando das costas dos trabalhadores do centro a responsabilidade pela exploração aumentada sofrida pelos trabalhadores da periferia.

Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico. De fato, sua leitura ganhou enorme destaque por conta da intensa utilização que fazia dos conceitos e leis extraídos diretamente de Marx. Foi o trabalho de Marini, portanto, o que mais contribuiu para que a problemática da dependência se consolidasse como teoria no âmbito do *approach* marxista, não só conseguindo explicar, por meio da lógica própria ao processo de acumulação, as condições específicas do desenvolvimento capitalista em áreas não centrais como a América Latina, como demonstrando que a compreensão correta do modo de funcionamento do capitalismo passava necessariamente por tal visada.

A teoria da dependência de Marini, como não podia deixar de ser, ensejou numerosos debates, até porque esse marxista brasileiro era, antes de tudo, um militante⁹, de modo que se somavam às contestações teóricas também as disputas políticas dentro e fora do marxismo. Esses debates envolveram vários dos achados de Marini, mas a superexploração da força de trabalho foi o que mais ganhou espaço e é até hoje objeto de discussão¹⁰. A controvérsia se justifica em função do papel que o conceito desempenha dentro da arquitetura teórica por ele construída.

Para Marini, há, nas economias dependentes, uma desconexão entre as esferas da produção e da circulação (herdada de sua condição de economias exportadoras não industriais) que torna a produção industrial independente das condições salariais dos trabalhadores. Esse fator, em conjunto com um exército industrial de reserva poderoso, coloca a superexploração como o expediente por excelência do processo de acumulação nessas economias. Por um lado, a extração magnificada de trabalho não pago coloca-se como compensação a relações internacionais de troca sempre adversas; por outro, dada a citada desconexão, esse expediente reiteradamente utilizado não provoca problemas na etapa de circulação e realização das mercadorias industriais (estas, em sua maioria, não fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores). Com isso, as economias dependentes ficam presas numa sorte de armadilha que as impede de transitar para o estágio mais avançado do processo capitalista de desenvolvimento, caracterizado pela predominância da mais-valia relativa. A elevação da produtividade da força de trabalho, quando existe, é débil, dificilmente atingindo os setores produtores de bens de salário, sendo, portanto, insuficiente para produzir a necessária transição do paradigma da superexploração para o paradigma da produtividade. Resumidamente, a lógica do processo nas economias dependentes

⁹ A mesma Ceceña (2009) observa que o pensamento de Marini deve ser compreendido como parte do esforço coletivo de construção de visões de mundo emancipatórias, que ganhara enorme força sobretudo nos anos 1960/70. Cabe registrar que a observação, assim como a condição de militante, vale também para Teothônio dos Santos e Vânia Bambilra, os outros dois pensadores brasileiros normalmente elencados no âmbito da teoria marxista da dependência.

¹⁰Veja-se a respeito Carcanholo (2013a).

não exige que a acumulação de capital se efetive por meio da mais-valia relativa e tal não exigência perpetua aí a superexploração da força de trabalho como mecanismo distintivo de operação do sistema. A superexploração da força de trabalho seria portanto o traço característico das economias dependentes.

Como adiantamos, a teoria da dependência de Marini, principalmente o conceito de superexploração, foi objeto de intenso debate e muitas críticas. Destacamos aqui duas delas, vindas de direções bastante diferentes. Em artigo famoso, Cardoso e Serra (1979), adversários de Marini também do ponto de vista político, contestaram a hipótese da superexploração, alegando que ela expressaria formas primitivas de mais-valia absoluta que estariam claramente perdendo espaço, por exemplo, no Brasil, com os avanços do processo de industrialização. No âmbito da teoria marxista, Augustín Cueva também rejeitou a ideia, argumentando que o capitalismo não precisa de mecanismos outros para se desenvolver e que a sub-remuneração da força de trabalho violava os princípios da acumulação (KATZ, 2020, p. 269). À época, Marini respondeu e rebateu todas as críticas, e não só com relação à superexploração, mas também com relação a outras acusações, como a de que sua teoria levaria à admissão de um permanente estagnacionismo nas economias dependentes.

Todavia, é o mesmo Marini quem vai, duas décadas à frente, fazer uma atualização de suas reflexões frente ao avanço da assim chamada globalização, que, para ele, havia engendrado uma reestruturação radical das relações econômicas internacionais. Em texto de 1995, ele afirma que, relativamente ao comércio internacional, o traço distintivo da globalização é o comércio intrafirmas, o que leva a uma homogeneização da produtividade do trabalho por conta de uma sorte de padronização que as novas tecnologias propiciam. Além disso, por força desse mesmo revolucionamento tecnológico, torna-se muito mais fácil e rápido conhecer essas novas condições de produção, e, pois, os parâmetros para a determinação dos preços. Em conjunto, esses novos elementos e condições estariam indicando que

o mercado mundial chegara à maturidade, permitindo a vigência cada vez mais acentuada da lei do valor. Isto posto, se reduziam as possibilidades de transgressão da referida lei antes detidas pelas nações industrializadas por conta de seu poder monopólico. Na mesma medida se reduziam também as chances de apropriação de mais-valia extra e, portanto, da obtenção de superlucros por parte dessas mesmas economias.¹¹ Dissipavam-se assim as condições que antes permitiam a existência da troca desigual.

Mas o acirramento da concorrência entre os capitais colocava mais uma vez em posição de destaque a superexploração. Nesse movimento, afirma Marini, desempenha papel destacado a superexploração da força de trabalho, cada vez mais facilitada, por sua vez, pelo crescente nível de desemprego gerado pelas novas tecnologias (1995, p. 9). O problema, para a teorização anterior de nosso autor, é que ela se generaliza, estendendo-se inclusive para os centros avançados e deixando, nessa medida, de ser um

¹¹ Conforme assinalado na nota 5, é discutível, do ponto de vista da teoria do valor de Marx, a associação feita por alguns autores entre troca desigual e transferências de valor relacionadas à transformação dos valores em preços de produção. Lá indicamos que um problema análogo é o que se refere às noções de valor de mercado, ou valor social, e de mais-valia extra, que permite superlucros. De nosso ponto de vista, também neste caso não se pode dizer que as empresas mais produtivas “extraem” valor das empresas menos produtivas. Portanto, também não há aí troca desigual. Como o valor é socialmente determinado pelo método de produção mais utilizado num determinado ramo de produção, as empresas de produtividade superior não extraem valores das menos produtivas, mas produzem elas mesmas mais valor por unidade de tempo, porque produzem mais valores de uso. Em posição contrária a essa temos Carcanholo (2000); em posição favorável, Borges Neto (2011). Cipolla (2012) tenta resolver a contenda demonstrando que, na maioria das vezes, as transferências de valor se dão de modo apenas parcial. Para tanto, introduz a questão da relação entre valor de mercado e preço de mercado. A resolução, porém, tem, como ponto de partida, o postulado da existência de transferências de valor das empresas menos produtivas para as mais produtivas, colocando-se, portanto, em posição contrária àquela aqui defendida. A relação dessa discussão com a teoria de Marini está em que a primeira das explicações encontradas por ele no desvendamento da troca desigual consiste justamente no transporte, para o plano do comércio internacional, das considerações quanto às possibilidades de obtenção de mais-valia extra. Assim, no processo de concorrência entre capitais externos e internos numa mesma esfera de produção, as nações mais avançadas extrairiam valor das mais atrasadas, posição, a nosso ver, equivocada. Como lembra Borges Neto (2011, p. 93), o próprio Marx diz o contrário no capítulo XX do Livro I, quando afirma que, no mercado mundial, o trabalho mais produtivo conta também como mais intensivo, ou seja, produz mais valor por unidade de tempo. Todavia, não foi a este fator que Marini deu o maior peso, mas sim ao segundo, que trata da possibilidade de, via poder monopólico, as economias centrais conseguirem transgredir a lei do valor, aí sim gerando troca desigual. De qualquer forma neste *aggiornamento* de sua teoria da dependência, elaborada em 1995, Marini está descartando a importância de ambos os fatores e, portanto, da própria troca desigual.

traço distintivo das economias dependentes (MARINI, 1995, p. 9)¹². Sem troca desigual e com a superexploração generalizada da força de trabalho, em que marcos definir a continuidade da situação de dependência?

Marini deixa, no mesmo texto, algumas pistas muito sugestivas. Para ele (1995, p. 6), apesar de todas essas substantivas transformações, os países desenvolvidos têm dois trunfos nas mãos. O primeiro é sua imensa superioridade em matéria de P&D, constituindo um verdadeiro monopólio tecnológico que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo diz respeito ao controle que eles exercem sobre a transferência das atividades industriais aos países mais atrasados, seja passando a estes últimos primordialmente as indústrias menos intensivas em conhecimento, seja dispersando as etapas de produção de determinadas mercadorias em diferentes países, impedindo assim o surgimento de economias nacionalmente integradas. Por fim, Marini refere-se também às massas consideráveis de conhecimento e inversão que as novas tecnologias demandam, o que torna cada vez mais difícil reduzir a distância que separa as economias dependentes dos centros avançados. Esses temas remetem à discussão sobre os traços fundantes do processo contemporâneo de acumulação, que discutiremos na próxima seção.

2 - Capitalismo Contemporâneo, Rentismo e Imperialismo

Um dos aspectos mais estudados do processo de acumulação, tal como ele hoje se dá, é a chamada *financeirização*. Analisada principalmente por

¹² Independentemente das transformações no cenário econômico mundial trazidas pela globalização, e que, segundo o Marini de 1995, deixam de fazer da superexploração um traço distintivo das economias dependentes, há autores que consideraram incondicionalmente que não era necessário aceitar a ideia da superexploração para que se pudesse defender as teses sobre a dependência. Segundo Katz (2020), Samir Amin é um desses autores. O próprio Katz apresenta restrições ao conceito, seja pela dificuldade em determinar o que seria o “valor da força de trabalho”, seja porque ele é muitas vezes entendido como a sujeição diferenciada sofrida pelos trabalhadores do centro e da periferia. Nesse último caso, inclusive, abrem-se duas possibilidades de entendimento que acabam por embaralhar ainda mais o conceito: se ele está associado com o sofrimento dos trabalhadores, então a superexploração ocorre de fato nos países subdesenvolvidos; mas, se entendermos por ele uma maior magnitude de trabalho confiscado, então a exploração é maior nas economias mais produtivas do centro (KATZ, 2020, p. 282-283).

marxistas, regulacionistas e pós-keynesianos, ela se refere à existência de um predomínio da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva. Há muita controvérsia sobre o seu real significado, e mesmo sobre sua importância. Em seu último livro, o economista francês François Chesnais, um dos primeiros marxistas a estudar o fenômeno, apresenta uma definição com a qual concordamos, e que nos é conveniente porque faz menção a aspectos que reforçam a hipótese da prevalência de relações de dominação, e, portanto, de imperialismo, na arquitetura atual do sistema. A financeiraização, afirma Chesnais, “refere-se ao caráter pervasivo das características do capital portador de juros identificadas por Marx na seção V do Livro III de *O Capital*. Elas devem ser tomadas em combinação com as implicações do elevado grau de centralização/concentração de capital hoje existente...” (2016, p. 15-16, tradução minha).

Para Chesnais, a formação acelerada de grandes blocos de capital por meio do processo de centralização, que predomina em períodos de crise como o atual, vai ocorrendo em paralelo ao agigantamento dos mercados financeiros e por meio da utilização de sofisticados expedientes financeiros, como, por exemplo, os fundos de *private equity* e suas operações de *leveraged buy outs* (LBOs)¹³. Em texto anterior, escrito ainda antes da grande crise de 2008, o mesmo Chesnais já definira o imperialismo, associando-o diretamente a esse intenso processo de centralização de capitais (que se aprofundou depois da crise)¹⁴: “O imperialismo contemporâneo está fortemente

¹³ *Private equities* são títulos de participação em empresas já estabelecidas, mas ainda não cotadas em bolsa (ou seja, de capital fechado). Os fundos de *private equity* são esquemas coletivos de investimento nesse tipo de título. As LBOs são transações que podem transferir o controle de uma empresa a um grande bloco de capital ou a grandes investidores por meio da utilização alavancada do fluxo de caixa dessa empresa como colateral na emissão de títulos de dívida.

¹⁴ O FMI faz um alerta, em boletim emitido ao final de 2018, para o crescimento descontrolado dos *leveraged loans* (cuja emissão teria chegado a US\$ 1,3 trilhão em 2018) e para a perigosa deterioração dos padrões de empréstimo. Chesnais (2019) chama a atenção para isso em texto recente, destacando a explicação adiantada pelo próprio FMI para tal temerário crescimento: com anos e anos de taxas de juros extremamente reduzidas e abundância de dinheiro barato circulando pelo sistema financeiro internacional, os “investidores famintos por rendimentos” (*yield-hungry investors* – o termo é do próprio FMI) estão se dispondo a tolerar níveis cada vez mais elevados de risco. O referido boletim do FMI está disponível em: <https://blogs.imf.org/2018/11/15/sounding-the-alarm-on-leveraged-lending/>

relacionado à dominação de uma forma precisa de capital, a saber, o altamente concentrado capital monetário portador de juros e dividendos que opera nos mercados financeiros e alimenta o pervasivo fetichismo do dinheiro, mas é totalmente dependente da mais-valia e da produção” (2007, p. 121, tradução minha).

Concordamos com Chesnais em ambos os casos, ou seja, tanto com relação à definição que ele elabora sobre a financeirização (como diretamente associada à difusão do capital portador de juros e à formação de gigantes blocos de capital) quanto com a forma como ele interpreta o imperialismo contemporâneo (como o domínio do altamente concentrado capital monetário portador de juros e dividendos). Para nós, no entanto, a financeirização é apenas a expressão mais evidente de um processo de acumulação que se tornou *rentista*, entendido este último termo como o predomínio dos ganhos que derivam da simples *propriedade* do capital (juros, renda absoluta, renda diferencial, renda de monopólio e dividendos) sobre os ganhos que derivam do *funcionamento* do capital (lucro e superlucro)¹⁵. Enquanto para os primeiros os fluxos de rendimentos existem como *direitos* e assentam-se na mera propriedade do ativo (capital monetário, terra, ações), para os segundos os rendimentos aparecem como resultado da produção de valor novo e da acumulação de valor excedente, que a operação do capital produz. Não por acaso, nas *Teorias da Mais-valia*, falando do capital portador de juros, Marx vai chamar o dono do capital monetário de “capitalista jurídico” e aquele que toca a produção de “capitalista econômico”, sendo que nada muda na história se esses dois personagens forem interpretados pela mesma pessoa.

Lucro, juro e renda da terra, como se sabe, são as formas, apresentadas por Marx no Livro III de *O Capital*, por meio das quais aparece o valor excedente resultante da apropriação de trabalho não pago. Rentismo, portanto, sempre esteve associado ao capitalismo, sendo inclusive visto pela Economia Política, desde a sua origem (Marx incluso), como um entrave

¹⁵ O que se segue reproduz de modo sintético o que está em Paulani (2016).

para a acumulação. Qual a novidade então da etapa atual? A novidade, que aprofunda as contradições sistêmicas, está na combinação de uma série de elementos que fazem com que os ganhos que derivam da mera propriedade tenham importância crescente frente àqueles que derivam do processo de acumulação. Além da onipresença do capital portador de juros, temos ainda, dentre os mais relevantes, um tipo moderno de renda absoluta, que vem se tornando cada vez mais importante, a renda do conhecimento, típica das mercadorias-conhecimento, e as rendas de monopólio, oriundas da importância também crescente das marcas. Vejamos brevemente cada uma delas.

No capítulo XXIV do Livro III de *O Capital*, falando justamente sobre como o capital portador de juros aliena e fetichiza a relação fundante do sistema que é a relação capital-trabalho, Marx afirma que “... o valor das mercadorias é determinado não pelo tempo de trabalho que sua produção custou originalmente, mas pelo tempo de trabalho que custa sua reprodução ...” (1983a, p. 298). Assim, aquelas mercadorias que não necessitam de tempo de trabalho para a sua reprodução, como os softwares, por exemplo, deveriam ter preço zero, uma vez que não possuem valor. No entanto, tal como os donos de terra, os proprietários desse saber não o liberam para a produção se uma renda não lhes for paga. O preço dessa mercadoria constitui-se, portanto, desse tipo moderno de renda absoluta, a renda do conhecimento¹⁶.

Sobre a renda de monopólio, Marx vai dizer, no capítulo XLV do mesmo Livro III de *O Capital*, que a renda diferencial e a renda absoluta são as únicas formas normais de renda e que, “fora delas, a renda só pode basear-se num autêntico preço de monopólio, que não é determinado nem pelo preço de produção das mercadorias, nem pelo seu valor, mas pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores” (1983b, p. 229-230). No caso das marcas, o que elas fazem é transformar os preços de produção das mercadorias comuns em preços de monopólio. A marca, se bem-sucedida, singulariza

¹⁶Veja-se a respeito TEIXEIRA e ROTTA (2012). Para uma posição distinta, que entende o preço das mercadorias-conhecimento como juro e não como renda, cf. PRADO (2005).

a mercadoria e transforma seu produtor em monopolista, que se apropria então dessa renda¹⁷.

Isto posto, podemos afirmar, por contraditório que possa ser (já que a renda foi vista pela Economia Política como um pecado contra a acumulação de capital), que o rentismo marca de modo incisivo o processo contemporâneo de acumulação e altera os meios e os resultados da relação de dependência.

3 - Nova Dependência, Novíssima Dependência e Dependência 4.0

Desde sua origem, o termo “dependência” aparece guarnecido de qualificativos. Em seu clássico livro de 1969¹⁸, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto já falam, por exemplo, de “um novo tipo de dependência”, que se daria agora “num plano mais complexo” ([1969]1977, p. 129). A referência aí é à internacionalização dos mercados nacionais decorrente dos investimentos externos diretos das grandes multinacionais europeias e americanas que fomentaram a industrialização do Brasil e de outros países latino-americanos nos anos 1950/60. Também Celso Furtado coloca como título de um livro de 1982 “A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo”, para se referir ao processo de transnacionalização não só de vários setores produtivos, mas principalmente do setor financeiro, bem como às consequências desses processos para países periféricos como o Brasil (1982, p. 121-128).

Já José Luís Fiori vai falar, em livro de 1995, de uma “novíssima dependência”. Com a globalização já madura, Fiori chama a atenção para o acesso ainda mais restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de

¹⁷ Não por acaso tornou-se praticamente um bordão dos modernos manuais de administração a afirmação de que a marca “cria valor”, ou falar do “valor criado pela marca”. Evidentemente trata-se de afirmações e expressões equivocadas do ponto de vista da Economia Política, mas expressivas do fenômeno ao qual nos referimos.

¹⁸ O conhecido livro de Cardoso e Faletto foi publicado pela primeira vez em castelhano pela editora Siglo XXI, do México, em 1969. A primeira edição em português aparece, no ano seguinte, no Brasil, pela Zahar, do Rio de Janeiro.

ponta do que na época da internacionalização dos mercados internos¹⁹, e ao constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos no sentido de direcionarem a gestão macroeconômica para padrões cada vez mais homogêneos e imutáveis. Vale registrar a inequívoca convergência desse tipo de visão com aquela esboçada por Marini no artigo de 1995, anteriormente discutido, sobretudo no que concerne ao acesso restrito das periferias ao conhecimento e às tecnologias de ponta.

Coloquemos então essas denominações num *continuum* e sigamos, para ver onde nos levam as pistas já deixadas pelos pensadores que são personagens da história intelectual da dependência. Assim, teríamos, de início, a *dependência original*, aquela “cepalina”, derivada da posição primário-exportadora dos países periféricos; o benefício à acumulação dos países centrais decorria, nessa etapa, das relações comerciais caracterizadas por trocas desiguais, que possibilitavam a transferência, para tais países, de parcela do valor que deveria permanecer na periferia.

Na sequência, teríamos a *nova dependência*, em dois momentos, sendo o primeiro, apontado por Cardoso e Faletto, aquele da internacionalização dos mercados internos, e o segundo, indicado por Furtado, aquele originado pelo acúmulo de dívida externa. No caso da *nova dependência I*, o benefício para a acumulação dos países centrais decorria justamente da garantia de mercados extras para suas multinacionais, que a internacionalização propiciara. Em tempos de crise de sobreacumulação²⁰, em que os mercados já começavam a escassear nos centros dinâmicos, trocar a mera possibilidade de vendas externas pela garantia de vendas internas foi um ótimo negócio. Com isso, parcela não desprezível do valor internamente gerado passou a

¹⁹ Um pouco mais tarde, em livro de 2003, Oliveira vai tocar no mesmo ponto (da mudança de padrão no desenvolvimento tecnológico), indicando a dificuldade ainda maior das economias periféricas de realizarem o chamado *catch up*. Para ele, o paradigma molecular-digital em curso é incremental, impossibilitando a queima de estágios e o respiro de um *day after*, quando elevadas taxas de investimento não seriam mais necessárias.

²⁰ Compartilho aqui com Harvey (2004) e Chesnais (2016) o diagnóstico sobre a natureza da crise dos anos 1970, até hoje não resolvida de todo: trata-se de uma crise de sobreacumulação, vale dizer, de excesso de capital em relação às possibilidades de sua valorização produtiva.

fluir para os locais de origem das matrizes industriais a título de remuneração do capital empregado na produção, cuja propriedade era, afinal, de não residentes. Assim, das relações comerciais passamos às relações que envolvem remuneração de fatores de produção como instrumentos de transferência de valor dos países periféricos para os centrais.

A nova dependência II também está associada à remuneração de fatores de produção, só que, em vez de remuneração de capital produtivo *funcionante*, nos deparamos agora com remuneração da *propriedade* do capital monetário. Trata-se então de transferir para fora do país uma parcela do valor internamente gerado para remunerar os donos do capital monetário. O caráter rentista dessas transferências já é aí evidente, mas tornou-se ainda mais claro, beirando a pura e simples espoliação, com o choque dos juros de 1979, promovido pelos EUA para refrear as especulações em torno do enfraquecimento da hegemonia americana e, principalmente, da destituição da moeda americana de seu papel de dinheiro mundial²¹. De outro lado, a assunção de gordas dívidas por parte dos países periféricos, sobretudo os latino-americanos, prestou um grande favor a uma riqueza financeira, que se acumulava nas praças financeiras do mundo, ávida por valorização. Por fim, não é demais lembrar que a necessidade de reverter à circulação internacional parcela do valor internamente gerado decorrente da *nova dependência I* foi uma das razões que empurrou os países periféricos, principalmente aqueles que haviam recebido muitas multinacionais dos países centrais em seu território, a assumir os vultosos empréstimos que se fizeram necessários depois do primeiro choque do petróleo de 1973.

E chegamos com isso à *novíssima dependência*, tal como a denominou Fiori, com argumentos, como vimos, que nos permitem associá-la também a Marini. Como já adiantamos, Fiori associa essa forma, para ele totalmente nova, de dependência à globalização, entendida esta última como “uma nova formatação capitalista”, que envolve vários aspectos, “gerando uma

²¹ Veja-se a respeito Gowan (2013).

reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização (*sic*) de seus centros decisórios” (1995, p. 220). Nessa nova formação, a interdependência entre os atores se eleva, a estrutura da oferta, o progresso tecnológico e os processos decisórios se concentram, ao mesmo tempo que os mercados, principalmente os financeiros, são desregulados, e a estrutura produtiva se segmenta. O resultado, então, para os países da periferia é que o acesso à tecnologia se restringe, pois “sua [das tecnologias de ponta – LMP] utilização flexível e segmentada corresponde a um controle concentrado” (*id.*, p. 224). Ademais, a competição global pelos investimentos (e pelo acesso subordinado às novas tecnologias) empurra as economias periféricas para uma gestão macroeconômica “sadia”, onde os estados periféricos perdem espaço para operar políticas ativas de investimento, junto com a capacidade de financiar políticas sociais de natureza universal. Agrava-se, com isso, a secular questão da pobreza/desigualdade, de modo que parcelas crescentes das populações periféricas perdem qualquer condição de serem “globalizadas” (*id.*, p. 225-226).

Concordamos inteiramente com essa análise de Fiori, mas, de nosso ponto de vista aqui, ele não especificou de que forma toda essa nova armação capitalista, que concentra as decisões “num conjunto de três a cinco governos somados a um número não superior a 200 empresas” (1995, p. 223), resulta em vantagens materiais para os países centrais. Para facilitar a investigação sobre esses canais de transmissão, lembremos de início que os elementos centrais da *novíssima dependência* para Fiori são, de um lado, a natureza do progresso tecnológico e, de outro, a coação imposta às economias periféricas para que comandem a política macroeconômica seguindo os princípios e máximas definidos nos centros decisórios dos países avançados. É a partir disso que propomos aqui rebatizar a *novíssima dependência*, termo que Fiori criou para distinguir essa dependência produzida pela globalização daquela associada à internacionalização dos mercados internos (que ainda permitia, aos países da periferia, a internalização completa das técnicas e métodos de produção derivados dos arranques tecnológicos produzidos pelo centro), por *dependência 4.0*. As razões para tanto serão apresentadas na

sequência, cabendo antes observar que, evidentemente, me benefício aqui, para propor tal alteração, de um quarto de século a mais no calendário.

A primeira razão é que, partindo da acertada visão de Fiori, como também de Marini, premonitórias de fato, uma vez que os textos foram escritos 25 anos atrás, a terminação *4.0* permite atualizar a importante questão da natureza do progresso tecnológico na presente etapa. Tornou-se comum falar em *indústria 4.0* para fazer referência ao avanço daquilo que se chamou de “terceira revolução industrial” (baseada nas tecnologias de informação e comunicação – TICs, na eletrônica e na internet), porque esse avanço foi de tal maneira abrangente que tem sido visto como uma quarta revolução²². As consequências dessa grande transformação vão no sentido de reforçar os traços que Fiori já percebera ainda antes de virem à tona os desdobramentos *4.0*: o aumento da concentração no que diz respeito aos processos decisórios, ao andamento do progresso técnico e à escala do capital propriamente dita, uma estrutura produtiva cada vez mais segmentada e, pode-se acrescentar, um espreadimento universal da utilização dos produtos *4.0* típicos, que se tornam insumos indispensáveis a praticamente qualquer tipo de produção.

Assentada na internet das coisas, na inteligência artificial, na computação em nuvem e na robótica, a quarta revolução tem como indiscutíveis protagonistas as mercadorias-conhecimento, anteriormente discutidas, produzidas, regra geral, por gigantes corporativos, cuja operação é em tudo facilitada por mercados desregulados e finanças desreguladas. Essa característica do progresso tecnológico tal como hoje desponta parece confirmar as hipóteses aqui adiantadas sobre a natureza rentista do processo contemporâneo de acumulação — a segunda razão para propormos que se chame a *novíssima dependência de dependência 4.0*. Associar a natureza rentista do capitalismo

²² Segundo Schwab (2016), o termo *indústria 4.0* foi utilizado pela primeira vez na Feira Industrial de Hannover, na Alemanha, em 2011. Não há ainda, contudo, completo consenso sobre a utilização do termo. Por exemplo, Jeremy Rifkin, conhecido estudioso americano da temática do avanço tecnológico, continua a falar sobre terceira revolução industrial e não sobre quarta revolução ou sobre indústria 4.0 (veja-se Rifkin, 2012). Nos Estados Unidos, fala-se também de “manufatura avançada” ou “manufatura inteligente”, com o mesmo significado.

contemporâneo à *novíssima dependência* permitirá não só garantir a dos canais de transmissão que viabilizam os ganhos materiais dos países posicionados no centro, como mostrar que tais canais têm que ver também com o segundo dos elementos que Fiori aponta como fundamental, qual seja, o constrangimento que a competição global pelos investimentos impõe aos países periféricos quanto à forma de gerir sua política macroeconômica.

Quando alinhamos, a partir das definições de *dependência original*, *nova dependência I* e *nova dependência II*, os canais principais por meio dos quais os ganhos materiais são transferidos dos países do centro para os da periferia, percebemos um movimento que sai das relações comerciais e adentra as relações que envolvem pagamento a fatores de produção e, num segundo momento, mas fazendo parte desse mesmo tipo de pagamento, passamos para relações tipicamente rentistas, pois o valor é transferido agora não a título de remuneração do capital produtivo que funcionou e produziu valor novo, valor excedente e lucro, mas pura e simplesmente como pagamento aos proprietários do capital monetário. Ao passarmos da *nova dependência II* para a *dependência 4.0* estamos acrescentando a esse tipo de transferência (o pagamento do serviço da dívida sob a forma de juros) outros tipos de pagamento de natureza rentista. Além dos empréstimos convencionais, é preciso considerar também os pagamentos (sob a forma de juros ou dividendos) decorrentes de outros investimentos financeiros, sobretudo os investimentos em carteira, trazidos em profusão pela abertura financeira – ações, debêntures, títulos de dívida públicos e privados – títulos que Marx chamou, não custa lembrar, de capital fictício. Por fim, as relações comerciais voltam a ser elemento importante de transferência de valor para os países do centro, mas por razões que extrapolam a questão dos termos de troca e têm que ver com a natureza rentista do atual processo de acumulação. Trata-se do pagamento das mercadorias-conhecimento²³, que é tipicamente pagamento de renda. Em outras palavras, nesses casos, mesmo que as relações de troca se deem aos preços de produção, estará havendo transferência de valor dos países menos avançados para os mais avançados, já que estes últimos detêm as novas tecnologias e são remunerados por essa propriedade.

Há, além disso, a renda da marca, também embutida nos preços de muitos bens, fazendo deles preços de monopólio e configurando a troca desigual (incluindo-se igualmente aqui os pagamentos para licença de uso da marca, como é típico dos processos de *franchising*).

Feito o inventário dos canais de transmissão de valor das economias periféricas para as centrais no âmbito da *dependência 4.0*, cabem duas últimas observações. A primeira é que se intensifica enormemente o movimento em direção ao pagamento de remunerações que se identificam com a renda e são devidos como *direitos* pela mera propriedade (do capital monetário, da tecnologia, das marcas). E aqui entram não só os juros devidos a todo tipo de aplicação financeira (empréstimos convencionais ou investimentos em carteira), como também os dividendos e — eis a novidade, boa parte daquilo que aparece como lucro, mas que constitui, na realidade, renda.

Consideremos um exemplo apenas para que fique claro qual é o nosso ponto. No mundo da indústria 4.0 tornou-se comum o termo “economia de plataforma” para se referir a um processo de servicização acelerada da indústria, com a transformação das empresas em verdadeiras plataformas digitais e a consequente mudança de preços relativos em favor dos serviços cognitivos e digitais, em detrimento dos meios de produção físicos, como máquinas e equipamentos. Vem junto com isso, quase naturalmente, o domínio de muitos setores por gigantes corporativos e aquilo que já vem sendo chamado na literatura de “uberização” do processo de trabalho²⁴. No caso da empresa Uber, quais as relações de produção que a determinam? Inúmeros trabalhadores autônomos (não assalariados) que pagam, com uma determinada parte de seu tempo de trabalho, o “insumo” de que precisam para trabalhar, ou seja, o acesso à plataforma walrasiana digital, de propriedade da Uber, que promove o encontro da oferta com a demanda de serviços de transporte. Mas o que eles pagam? Quanto custa esse insumo para quem o produz? Cada “unidade” de acesso à plataforma Uber custa exatamente

²³ Especificamente com relação a este elemento e sua importância na nova configuração da dependência, veja-se Oliveira (2017).

²⁴ Ver a respeito SLEE (2017) e ABÍLIO (2021).

zero, pois não há tempo de trabalho necessário para a produção de cada acesso adicional. Contudo, um preço é gerado, e ele tem que ser pago, ou a plataforma não é liberada para uso. A substância desse “preço” é pura renda, devida aos proprietários da plataforma. Como a Uber é uma empresa transnacional baseada em São Francisco, Califórnia, ela captura como renda parte substantiva do tempo de trabalho de motoristas em todo o mundo (ela atua em mais de 700 regiões metropolitanas), que fluem em direção aos Estados Unidos e vão fomentar a acumulação da gigante americana ou o luxo suntuário de seus controladores e de suas oligarquias burocráticas²⁵.

Convém, neste ponto, lembrar que, em que pesem as controvérsias em torno ao conceito de superexploração, é muito difícil observar fenômenos desse tipo e não associá-los ao achado teórico de Marini. Se é verdade que as condições que serviram de base ao teórico brasileiro para enunciá-lo como característica distintiva das economias dependentes hoje já não estão mais presentes (e não só em função do acirramento da concorrência internacional, mas também porque os bens industriais passaram a fazer parte da cesta de bens dos trabalhadores mesmo nas economias mais atrasadas – vide os celulares), não é menos verdade que a chamada economia de plataforma tem gerado, sob o enganoso rótulo atribuído aos trabalhadores de “empresários de si mesmos”, condições de trabalho dignas do século XIX, com jornadas muito extensas de custoso e intensivo trabalho. Por fim, não deixa também de ser verdade, independentemente do nome que se dê a isso, que a remuneração dos trabalhadores é estabelecida de modo distinto nos diversos países, com essa remuneração sendo normalmente bastante mais baixa nos países não centrais. Assim, a piora geral das condições de trabalho em todo o mundo gerada pelas novas tecnologias apresenta-se de forma ainda mais dura para os trabalhadores das economias dependentes²⁶.

²⁵ Oligarquias burocráticas é termo de DARDOT e LAVAL (2019) para se referir aos altos executivos das grandes corporações.

²⁶ A tal respeito, diz Katz (2020, p. 270-271) que a melhor solução para reformular a intuição de Marini é postular que nas regiões periféricas predomina um baixo valor da força de trabalho. Segundo ele, essa tese é coerente com a visão de Marx sobre o salário como equivalente ao custo de reprodução da força de trabalho, além de reconhecer a importância do exército industrial de reserva na periferia. Se admitirmos a solução, porém, a forma de nominar o fenômeno teria de fato que ser alterada.

A segunda observação tem que ver com a lógica que impele as economias periféricas, há quatro décadas, a viver com poupança externa. Trata-se de uma dependência viciosa, pois o preço do acesso aos capitais internacionais é o comprometimento cada vez maior do valor novo internamente produzido com a remuneração desses capitais, o que vai gerando, por sua vez, um aumento da necessidade dessa mesma poupança para manter o equilíbrio das contas externas e assim por diante. Contudo, a principal consequência para os países da periferia, por terem sido capturados no círculo vicioso, não é nem tal transferência em si, ainda que seja esse o benefício material claramente capturado pelos países exportadores de capital no centro do sistema, mas aquilo a que Fiori já se refere no artigo de um quarto de século atrás: a coação permanente que sofrem esses países, na competição global pelos ditos investimentos, quanto à forma de gerir sua política macroeconômica. Só os países “bem-comportados”, aqueles que “fazem toda a lição de casa”²⁷, é que são devidamente contemplados.

Não é difícil perceber que esse tipo de subordinação é muito mais aderente às observações dos clássicos pensadores do imperialismo, que escreveram nas décadas iniciais do século XX, do que às teorias sobre troca desigual e deterioração dos termos de troca que dominaram as reflexões sobre imperialismo e dependência em meados do século. Hilferding, em seu célebre trabalho sobre o capital financeiro, de 1910, foi dos primeiros pensadores a chamar a atenção para o fato de a exportação de capitais funcionar como um elemento claro de subordinação entre as nações. Decorrido mais de um século desde a edição da obra, essa sagaz observação nunca foi tão verdadeira. O Brasil é um caso exemplar dessa submissão. Vamos a ele.

²⁷ A grande mídia corporativa, em tudo alinhada aos interesses da riqueza financeira e “dos mercados”, aderiu sem peias a essas arditosas metáforas.

4 - A Dependência 4.0 e o Brasil

Reconstituiremos aqui brevemente as diferentes formas que historicamente caracterizaram a inserção da economia brasileira no sistema mundial capitalista²⁸. Acompanhando-as, veremos claramente o desenvolvimento também das diferentes fases da relação de dependência que acabamos de discutir²⁹.

Podemos dividir em cinco fases distintas a história da inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial. Em todas elas, é evidente o caráter de subordinação da relação estabelecida com as economias do centro. A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, onde o Brasil entra como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país colônia constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva então em curso. Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, a economia brasileira, singrando ao sabor de um processo determinado desde fora, vai funcionar como alavanca da acumulação de capital no centro, produzindo matérias-primas e produtos agrícolas a baixo custo.

Consideradas conjuntamente, as duas primeiras fases somam mais de quatro séculos, até que finalmente, nos anos 30 do século passado, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Celso Furtado, o

²⁸ Reproduzimos aqui, com ligeiras alterações, aquilo que já se encontra em Paulani (2012; 2013).

²⁹ No pequeno inventário das qualificações da dependência que elaboramos na seção anterior, bem como na taxonomia de situações/fases da dependência que criamos aqui, restringimo-nos a mencionar aqueles autores consagrados e/ou que fizeram parte da própria história intelectual do conceito. Contudo, muita gente nova vem trabalhando o tema, com contribuições substantivas à discussão. Menciono aqui dois trabalhos excelentes: as teses de doutorado de Marisa Silva Amaral (IPE-USP, 2012) e de Elizabeth Moura Germano de Oliveira (UFBA, 2017). Ambas atualizam a discussão, frente à financeirização do processo de acumulação, a primeira, e frente à ascensão da economia do conhecimento, a segunda. Ambas falam em “nova dependência”, mas se referindo aos elementos e fatos constitutivos do que chamei aqui de *dependência 4.0*.

“deslocamento do centro dinâmico da economia” ([1959]2006, p. 274), abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica. Essa nova conjuntura, resultado da combinação de fatores políticos internos com a gravidade da crise econômica mundial que então se alastrava, preparou as condições para a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação. Acossado já pelo problema da sobreacumulação, o capital do centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, na segunda metade dos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido. O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora.

Apesar disso, foi nesse período, ou seja, a partir de 1930, que se gerou a primeira possibilidade efetiva de deixar para trás sua crônica dependência a economia brasileira. Não foi outro o objetivo das tentativas nacional-desenvolvimentistas levadas a efeito por governos de variados tipos. De forma difusa e até *avant la lettre*, como no caso de Vargas, esses diversos governos, seja em períodos democráticos ou ditatoriais, foram percebendo aquilo que a *teoria da dependência*, partindo das descobertas de Raul Prebisch, acabou por demonstrar: o desenvolvimento capitalista não se dá por etapas, as economias nacionais não caminham em linha reta, das fases menos desenvolvidas de produção, onde baixo valor agregado é produzido, àquelas mais avançadas, marcadas pela indústria e pelo desenvolvimento tecnológico de ponta. O subdesenvolvimento, como mostrara Furtado, é um tipo de desenvolvimento capitalista que torna os países periféricos, graças à sua posição na divisão internacional do trabalho, dependentes e reféns do imperialismo dos países do centro (Furtado, 2009). Pragmaticamente, isso significava que era preciso apostar na indústria, ou ficaríamos eternamente ao sabor de relações de preço lesivas aos interesses nacionais,

que acabavam por transferir aos países centrais, pela via do comércio internacional, parte do reduzido *quantum* de valor internamente produzido.

O aprofundamento da crise de sobreacumulação no sistema capitalista mundial que despontara nos anos 1970, se encarregou de colocar um ponto final nas tentativas nacional-desenvolvimentistas e jogar a economia brasileira nas turbulentas águas do processo de financeirização, já então em pleno curso. Constituindo a quarta fase da história aqui sumariamente descrita, a riqueza financeira, que, incitada pela própria crise, crescia a taxas muito elevadas, vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações.

O segundo choque do petróleo e o chamado choque dos juros, ambos deflagrados em 1979, tinham aberto um período de elevada inflação doméstica, o qual só encontraria termo, depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994. Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar por suas próprias forças os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos 140 bilhões de dólares a título de juros. Nessa quarta fase de sua relação com a economia capitalista mundial, o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial.

No começo dos anos 1990, a persistência de elevadíssimas taxas de inflação, combinada à dívida externa pendente de resolução desde a moratória, colocava a economia brasileira à margem do afluyente mercado financeiro internacional, que ia se tornando cada vez mais robusto. O estado brasileiro, pelas mãos de Collor/Itamar e depois Fernando Henrique (FHC), abraça conscientemente os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para alterar essa situação e possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização, transformando-o em potência financeira emergente. A

primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, logrado através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia, com a retirada gradativa dos controles que impunham obstáculos ao livre fluxo internacional de capitais.

A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país, contribuindo para o sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe econômica de FHC, em sua tarefa de estabilizar monetariamente a economia, tornando ainda mais amigável e “civilizado” o ambiente macroeconômico para as operações de valorização financeira. A partir da estabilização monetária, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpudos superávits primários), além de deslanchar o processo de privatização. A política de juros reais elevados beneficiava duas vezes o capital rentista, pois elevava seus rendimentos, ao mesmo tempo que tornava muito baratos os ativos reais e financeiros aqui produzidos.

A partir de 1999, o país completa seu traje de candidato a potência financeira emergente. Graças à forte crise cambial que se inicia em 1998, na esteira das crises monetárias dos países emergentes que atravessaram toda a década, o governo FHC, em janeiro do ano seguinte, início de seu segundo mandato, altera o regime cambial do país na direção do câmbio flutuante e adota o tripé macroeconômico, com seu regime de metas de inflação. Mesmo a ascensão de Lula ao governo federal não traz mudanças nesse quadro. A liquidez é rigidamente controlada, os juros permanecem em patamares

extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio FMI. Ademais, medidas adicionais são tomadas no sentido de completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência ao funcionalismo público, reforma da lei de falências no sentido de priorizar os interesses dos credores financeiros, adoção de medidas para aumentar o grau de abertura financeira. Mas esse ativismo financeiro não se dá sem consequências para a forma da inserção produtiva do país.

A permanente tendência à sobrevalorização que a política de inserção financeira produzia levou à desindustrialização (BRESSER-PEREIRA e GALA, 2007). Assim, um resultado duplamente perverso vai sendo produzido nesta quinta fase: de um lado, somos eternos pagadores de renda; de outro, nossa matriz produtiva regride ao patamar da segunda fase e nos alinha novamente a uma economia extrativista e primária, produzindo quase exclusivamente bens de baixo valor agregado. A participação dos produtos manufaturados em nossa balança comercial, que ultrapassara os 60% no início dos anos 1990, encontra-se hoje na esfera dos 35%. Dos 10 produtos mais exportados pelo país nos últimos oito anos, apenas um não se encontra na categoria dos produtos básicos (a exportação de automóveis, mas só em 2017). Os produtos campeões em todos esses anos são soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar, carne de boi... Do ponto de vista de um mundo que vai mergulhando na indústria 4.0, o resultado não poderia ser pior, pois a perda de importância da indústria vai afastando cada vez mais o país da possibilidade de uma acoplagem tecnológica³⁰.

Me eximo aqui de relatar o que se passou nos três governos do Partido dos Trabalhadores, porque, do ponto de vista que aqui nos concerne, eles nada alteraram. A tentativa de retomar os investimentos públicos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado por Lula em 2006, bem como a política de proteção ao conteúdo nacional que fez parte do que

³⁰ Não por acaso os gastos do país em ciência e tecnologia e em P&D como proporção do PIB não chegam à metade e, em alguns casos, nem a um terço do que se verifica nos países do centro do sistema ou na China. Ver a respeito KOELLER *et al.* (2016).

ficou conhecido por “nova matriz macroeconômica” no primeiro mandato da presidenta Dilma, foram desmanteladas pelo agravamento da crise internacional de 2008/2009, cujas pesadas consequências chegaram definitivamente ao Brasil nos primeiros anos da segunda década do século. Sem entrar no mérito dos programas sociais de alto impacto que tais governos adotaram e tiveram indiscutíveis consequências do ponto de vista da pobreza e da desigualdade, vale apenas observar que o fato de sua política econômica ter reafirmado, regra geral, a deletéria forma de inserção do país no capitalismo mundial iniciada nos anos 1990 foi seguramente uma das razões pelas quais a preservação desses programas foi colocada em xeque, deitando por terra o pouco que foi conseguido.

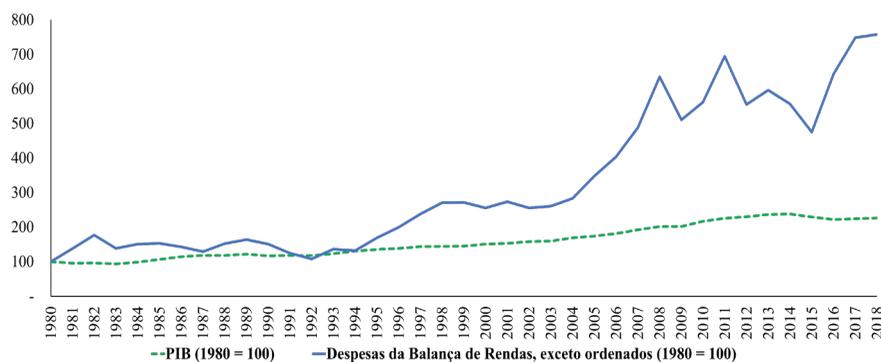
Considerações Finais

Isso posto, é possível considerar que a reiterada absorção de poupança externa que o Brasil experimenta há praticamente três décadas representa um tipo mais atual e mais perverso de dependência. Sem necessidade de perdas nas relações de troca (podendo inclusive acontecer o contrário, como se deu entre 2001 e 2008), a extração de valor dos países menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos está garantida pelo volume de passivo externo que cada economia carrega. Quando isso se combina com a deliberada intenção de produzir ganhos superlativos aos capitais externos, como acontece no Brasil desde meados dos anos 1990, o benefício para esses capitais é ainda mais patente. Não há dúvida, nesse caso, que se trata de captura de excedente. Se os países periféricos engolirem porções cada vez maiores de poupança externa, aí sim, não importando o que ocorra com os termos de troca, estará garantida a captura do excedente e a valorização do valor dos capitais externos, em detrimento dos capitais e do trabalho dos países menos desenvolvidos.

O Brasil, como procuramos demonstrar, é caso emblemático desse tipo moderno e complexo de subordinação. A economia doméstica não só fica presa a um círculo vicioso de dependência de poupança externa que se reproduz

indefinidamente, como o estado nacional perde vários graus de liberdade no manejo de sua política econômica³¹. Além da poupança externa, é preciso lembrar, para configurar o conjunto das operações que constituem o que chamamos aqui de *dependência 4.0*, os pagamentos de renda que estão presentes também nas relações comerciais, seja através das marcas e das licenças de uso de marca, seja pela aquisição de mercadorias-conhecimento. Uma análise dos microdados das operações registradas no balanço de pagamentos permitiria avaliar com maior precisão quantitativa a evolução recente da captura de valor efetuada por esses diversos canais (IEDs, investimentos em carteira, empréstimos convencionais, compra de bens e serviços), o que não foi possível fazer para este trabalho. Contudo, o gráfico a seguir, elaborado a partir de dados agregados, parece suficiente para avaliar o impacto, em termos de transferência de valor, da reiterada absorção de poupança externa e da ratificação da *dependência 4.0* no Brasil no último quarto de século. Ele mostra a evolução de duas séries de números-índice que têm o ano de 1980 como base: a série do PIB, calculada a partir dos dados do IBGE, e a série das despesas com remuneração dos capitais externos registradas no balanço de pagamentos, calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Bacen.

Despesas da Balança de Rendas, exceto ordenados x PIB – Índice 1980=100



Fonte: PIB (IPEADATA); Balanço de Pagamentos até 2014 (BACEN, 2019a), Balanço de Pagamentos de 2015 a 2018 (BACEN, 2019b) – Elaboração própria

³¹ Bruno e Paulani (2019) evidenciam, com base na história recente do país, e com a utilização de várias séries de dados das fontes oficiais, como o regime financeirizado inviabiliza qualquer tentativa de política desenvolvimentista.

É visível a mudança de comportamento da curva das despesas em relação à curva do PIB a partir de 1994, ano importante pelo alcance da estabilidade monetária e pelo andamento das providências para liberar os fluxos de capital, garantir ganhos superlativos ao capital externo e transformar o país em “potência financeira emergente”. É a partir deste ponto que a dependência 4.0 se estabelece firmemente no Brasil.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização e o trabalhador just-in-time. *Trabalho, Educação e Saúde* (on line), v. 19, 2021
- AMARAL, M. S. *Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária frente à financeirização do capitalismo*. São Paulo, IPE-USP, tese de doutorado, 2012
- BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM5. Banco Central do Brasil. 2019a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm5.xls. Acesso em: 21 Setembro 2020
- BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. Banco Central do Brasil. 2019b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagA.xlsx. Acesso em: 21 Setembro 2020
- BAMBIRRA, V. O *Capitalismo Dependente Latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, [1972]2013
- BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, n. 33, p. 83-104, 2011
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As Três Interpretações da Dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010
- BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. Por que a poupança externa não promove o crescimento. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 1, p. 3-19, 2007
- BRUNO, M.A. P. e PAULANI, L. M. Developmentalist Policies in Financialized Economies: Contradictions and Impasses in the Brazilian Case. Trabalho apresentado no *4th Workshop on New Developmentalism*, ocorrido em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, em 25 e 26 de julho de 2019. Disponível em: https://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Miguel_Bruno_VF.pdf
- CARCANHOLO, M. O *Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência*. *Trabalho, Educação e Saúde* (on line), volume 11, n. 1, p. 191-205, 2013
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, p. 71-98, 2013a
- CARCANHOLO, R.A. Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx. *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política* (Encontro da SEP), Fortaleza, 2000
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 4.ª edição, [1969]1977
- CECEÑA, E. Meu querido Ruy. In: MARTINS, C. E. & SOTELO VALENCIA, A. (org.) *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo Editorial e Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009
- CHESNAIS, F. The Economic Foundations of Contemporary Imperialism. *Historical Materialism*, v. 15, p. 121-142, 2007.
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today*. Leiden, Boston: Brill (Historical Materialism Book series), 2016
- CHESNAIS, F. La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial où se prepare la crise a venir. *A L'Encontre*, 30 Septembre, 2019. Disponível em <http://alencontre.org/economie/la-theorie-du-capital-de-placement-financier-et-les-points-du-systeme-financier-mondial-ou-se-prepare-la-crise-a-venir.html>
- CIPOLLA, F. P. Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais-valia extraordinária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 12, p. 87-106, 2003
- DARDOT, P. e LAVAL, C. *Never Ending Nightmare: The Neoliberal Assault on Democracy*. London; New York: Verso, 2019

- EMMANUEL, A. *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. New York; London: Monthly Review Press, [1969]1972
- FIORI, J. L. A Globalização e a Novíssima Dependência. In: FIORI, J.L. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro: Insight, p. 215-229, 1995.
- FURTADO, C. *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1959]2006
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, [1961]2009
- GOWAN, P.A *Roleta Global*. Rio de Janeiro: Record, 2003
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), [1910]1985
- IPEADATA. *Produto interno bruto a preços de mercado: índice (base 2010 = 100)*. IPEADATA, 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 21 Setembro 2020.
- KATZ, C. *A Teoria da Dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020
- KOELLER, P. et al. Dispendios do Governo Federal em C&T e P&D. Ipea. Radar: *Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*. n. 48, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/20170110_radar_48.pdf
- MARINI, R. M. Procesos y Tendencias de la Globalización Capitalista. In: MARINI, R. M. e MILLÁN, M. (orgs.). *La Teoría Social Latinoamericana* (4 tomos). Cidade do México: El Caballito, 1995. Disponível em: <http://lahaine.org/amauta/b2-img/Mariniglobalizacion.pdf>
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R. e STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005
- MARTINS, C. E. Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina. São Paulo, FFLCH (Sociologia), tese de doutorado, 2003
- MARX, K. *Capital: Volume I - Tomo II*. São Paulo: Nova Cultural, [1867]1983
- MARX, K. *Capital: Volume III - Tomo I*. São Paulo: Nova Cultural, [1895]1983a
- MARX, K. *Capital: Volume III - Tomo II*. São Paulo: Nova Cultural, [1895]1983b
- OLIVEIRA, E. M. G. *A Economia do Conhecimento e uma Nova Forma de Dependência no Capitalismo Brasileiro*. Faculdade de Economia (UFBA), tese de doutorado, 2017
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003
- PALMA, J. G. Dependence: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, v. VI (Londres: Pergaman Press), 1978
- PAULANI, L. M. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional – Ipea*, n. 10, 2012
- PAULANI, L. M. Acumulação Sistemática, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 27, 2013
- PAULANI, L. M. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 36, n. 3, 2013
- PRADO, E. F. S. *A Desmedida do Valor*. São Paulo: Xamã, 2005
- RIFKIN, J. *A Terceira Revolução Industrial*. São Paulo: M Books do Brasil, 2012

SCHWAB, K. A *Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro, 2016

SERRA, J. e CARDOSO, F. H. Desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1979

SLEE, T. *Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017

SOTELOVALENCIA, A. Dependencia y Sistema Mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia em el siglo XXI. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 17, 2005

TEIXEIRA, R. A. e ROTTA, T. N. Valueless Knowledge-Commodities and Financialization. *Review of Radical Political Economics*, v. 44, n. 1, 2012